Crises econômicas e política de 2015: origens e consequências

Fernando de Holanda Barbosa
Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV/EPGE

A Nova Matriz Econômica (NME) do primeiro mandato da presidente Dilma foi equivalente a um choque de oferta na economia brasileira produzindo inflação elevada e baixo crescimento econômico. A NME caracterizou-se por uma política fiscal expansionista, pelo abandono do Banco Central do protocolo do regime de metas de inflação fixando taxas de juros baixas incompatíveis com a meta de inflação, expansão do crédito pelos bancos estatais, intervenção sistemática do Banco Central (Bacen) no mercado de câmbio deixando de lado o sistema de câmbio flexível. Ademais, introduziu-se controle de preços nos produtos derivados do petróleo e com a renovação dos contratos de concessão de energia elétrica desejava-se reduzir as tarifas de eletricidade. Some-se a tudo isso o escândalo do Lava Jato da Petrobras, que ainda não se sabe aonde vai parar.

A presidente Dilma, contrário ao que tinha afirmado na campanha de sua reeleição, deu uma guinada na política econômica e está tentando consertar a herança maldita que ela própria produziu. O ministro Joaquim Levy ficou incumbido de pôr as finanças públicas em ordem. Ao Bacen coube a tarefa de trazer a inflação para o centro da meta.

Neste ano a taxa de inflação tem um componente corretivo e em termos anualizados está próxima dos dois dígitos, um pouco abaixo de 10% ao ano. Nenhum país do mundo conseguiu reduzir uma inflação desse nível para valores próximos de 4,5% ao ano sem recessão. Aqui no Brasil alguns analistas culpam a recessão na suposta herança da cultura da indexação. Ledo engano. Em qualquer país do mundo um fato estilizado é a inércia da inflação. Aqui não é diferente. Um problema adicional no combate à inflação neste ano no Brasil foi o arranhão de credibilidade do Bacen no primeiro mandato por ser conivente com a NME. Todavia, mesmo com esse percalço, a taxa de inflação esperada pelo mercado para o próximo ano é igual a 5,5%. O custo social para a volta da inflação ao centro da meta é a recessão deste e do próximo ano. A recuperação da economia somente deve ocorrer no final do segundo semestre de 2016.

A presidente Dilma não teve habilidade para construir uma base política de sustentação de seu governo, produzindo uma crise política que coloca em jogo sua capacidade de governar. Existem várias soluções propostas para a solução da crise política. Elas são: 1) renúncia; 2) *impeachment;* 3) anulação da eleição de 2014 com a convocação de novas eleições; e 4) acordo político que viabilize a governabilidade. Qual o caminho que a sociedade brasileira escolherá para a solução desta crise? Alguns analistas e políticos, como o ex-presidente FHC, acreditam que a solução menos traumática seria a renúncia. Aqueles que conhecem a presidente Dilma afirmam que ela jamais renunciaria. O *impeachment* dependeria da existência de fatos, como as pedaladas fiscais que teriam de ser reconhecidas pelo TCU. A anulação das eleições dependeria do TSE reconhecer que sua eleição foi financiada com dinheiro do Lava Jato. O primeiro passo para o acordo político foi dado pelo presidente do Senado Renan Calheiros com a proposta da Agenda Brasil, que mais parece uma colcha de retalhos do que um programa de governo.

A questão mais importante neste momento é reconhecer que a crise política aumenta a incerteza sobre o futuro próximo de nosso país e piora a crise econômica, isto é, agrava a recessão. Esse processo certamente cria um círculo vicioso, com a conta sendo paga pela população mais pobre. Essa alternativa, de empurrar com a barriga até a eleição de 2018, pode até atender alguns interesses privados, mas não seria socialmente justa.

ERRATA: *O artigo do professor Fernando de Holanda Barbosa, publicado na edição de agosto de Conjuntura Econômica, saiu com o título errado por um equívoco de diagramação. O título correto do artigo é Austeridade versus responsabilidade: Grécia e Brasil. Peço desculpas pelo erro.*